



## **ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS POSSIBILIDADES**

### **PUBLIC SPACE AND PERIPHERY IN CONTEMPORARY CITY: BETWEEN THE NEEDS AND POSSIBILITIES**

**Carlos Roberto Loboda**

*Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEP-FACIP-UFU)  
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba, MG  
Observatório das Cidades.  
E-mail: [loboda@ufu.br](mailto:loboda@ufu.br)*

Recebido em: 19/03/2015

Aceito em: 04/05/2016

#### **Resumo**

Propomos neste manuscrito<sup>1</sup> uma reflexão imanente ao processo de produção da cidade, com ênfase para o uso dos espaços públicos, percorrendo um caminho inverso ou, ao menos, não convencional. Buscamos analisar a estruturação da cidade a partir das suas áreas periféricas, considerando os bairros que apresentam menores rendas, em uma cidade média paranaense. Nossa perspectiva esteve pautada na análise da relação entre o cidadão e seus espaços públicos, considerando as práticas socioespaciais cotidianas que neles se estabelecem enquanto representação dos diferentes usos cidade, ou parte dela, além de incorporar no processo de pesquisa a opinião daqueles que nela vivem, ou seja, dar voz ao cidadão. Os resultados apontam para um processo que expressa uma redefinição constante dos espaços públicos enquanto expressão do processo de produção da cidade, das suas contradições, conflitos e reflexos. Ao mesmo tempo em que se fazem notar por meio da promoção de políticas de promoção enquanto locais do espetáculo, também são relegados ao esquecimento pela perda de algumas funções principais. No entanto, ou por isso mesmo, são caracterizados por sua multifuncionalidade, pelo lugar do possível, do ato político, da reivindicação, da festa, do lúdico e do improvisado, ressaltando o caráter público e contribuindo para uma noção da produção do espaço público na cidade contemporânea.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de parte da reflexão iniciada em nosso doutoramento e das discussões que estão sendo estabelecidas no Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades do curso de Geografia da FACIP-UFU, sobretudo no Projeto de Pesquisa de Demanda Universal financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG: Produção do espaço público: formas usos e funções no contexto da cidade contemporânea.

**Palavras-chave:** Produção do espaço urbano; Estruturação da cidade; Relação centro e periferia; Acessibilidade.

### **Abstract**

We propose in this article an underlying reflection to the city production process with emphasis on the use of public spaces. Therefore, we consider the reverse path (or unconventional). In other words, we analyze the way the city is structured from its peripheral areas, where the neighborhoods that have lower incomes in a medium Paraná city. This perspective examines the relationship between citizens and their public spaces, considering the daily socio-spatial practices in them are established as a representation of the different uses the city, or part of it, as well as incorporating the research process the opinion of those who live in it, that is, it gives voice to the citizen. The results point to a process that constantly redefines public spaces as an expression of the city's production process, its contradictions, conflicts and reflexes. At the same time promotes policies as spectacle sites, these peripheral areas are also relegated to oblivion by the loss of some key functions. However, and therefore, these spaces are characterized by their multifunctionality, the place of possible political act, the claim, the party, the playfulness and improvisation, emphasizing the public nature and contributing to a sense of the production of space public in the contemporary city.

**Keywords:** Production of the urban space; City structure; Center and periphery relationship; Accessibility.

### **1. INTRODUÇÃO: contextualização**

É certo que a cidade é o *locus* da diferenciação socioespacial. Os lugares da diferença sempre existiram na cidade e, nesse sentido, ou como consequência, as pessoas distribuem-se no espaço urbano a partir da distribuição desigual da terra. Contudo, o que propomos aqui é tratar de parte dessas desigualdades socioespaciais, mas, principalmente, dar a devida atenção às diferenças e à diversidade, que se fazem notar nos usos da cidade, ou em parte dela.

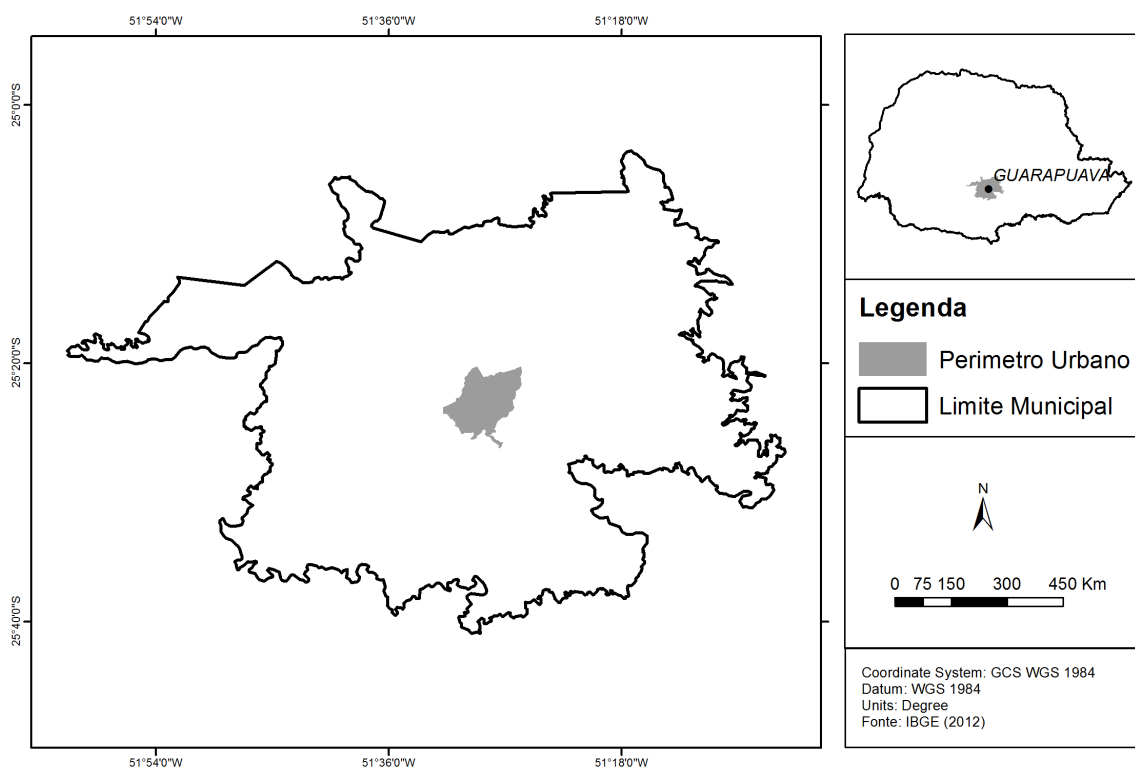
Enfatizamos aqui as relações dialéticas que se estabelecem na interlocução ou na interação entre o centro e a periferia, entre a casa e a rua, ou ao que nos propomos nesta reflexão, entre o espaço público e a cidade; consideramos e damos voz ao cidadão, por meio de enquetes de opinião, além do trabalho de campo, observando, registrando e interpretando as práticas

LOBODA, C. R.  
**ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS  
POSSIBILIDADES**

cotidianas nas áreas periféricas de Guarapuava, uma cidade média paranaense.

A cidade, enquanto produto social é apropriada por uma multiplicidade de segmentos da sociedade. Sendo assim, interessa-nos identificar como esses diferentes tipos sociais a utilizam nas áreas periféricas de uma cidade média e, de forma peculiar, de seus espaços públicos, representados de forma específica pelas praças, parques, calçadão, dentre outros, identificando e analisando quais são os usos e as funções destes “lugares”, no sentido de garantir as necessidades dos cidadãos.

Dessa forma, nosso referencial empírico é uma cidade situada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná (Figura 1), considerada média, dado o grau de importância que a mesma possui no cenário da referida região. Sendo cidade polo, desempenha diferentes papéis urbanos e regionais, sobretudo no que diz respeito ao oferecimento de comércio e serviços, ensino superior e saúde.



**Figura 1** – Localização de Guarapuava, limite municipal e perímetro urbano (2014)

Percebida a partir da relação centro-periferia, podemos compreender a cidade não apenas como um espaço hierarquizado, ordenado a partir de um centro econômico e político que determina seu processo de estruturação por meio de políticas públicas as quais, na maioria das vezes, não passam de medidas compensatórias, regulatórias e paliativas, mas sim, considerando a necessidade da distribuição equitativa dos espaços públicos e equipamentos de uso coletivo nas suas áreas periféricas.

Nesse sentido, apoiamo-nos na ideia de Kowarick (2000), mesmo que o autor faça referência à periferia metropolitana e não à de uma cidade média, nosso caso. Essa fundamentação nos parece conveniente pelo fato de que o autor utiliza o termo no plural “periferias”, denotando que, na verdade, há milhares de vilas e jardins e, ainda, estas são muito desiguais em nossas cidades em razão das especificidades dos lugares.

Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se divide as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia (KOWARICK, 2000, p. 43).

No entanto, ressaltamos que tratar da cidade de nosso tempo não se trata mais, em princípio, de pensarmos numa estrutura centro-periferia puramente simples, ou seja, aquela que caracterizou a cidade latino-americana na segunda metade do século XX, de acordo com a qual há um centro comercial e de serviços, há bairros de classe alta e média logo em torno desse centro e a periferia pobre ou marcada pela autoconstrução, pelo processo de edificação inacabada, pela incompletude dos meios de consumo coletivo.

Não se trata mais daquela estrutura, porque Guarapuava, assim como outras cidades de mesmo porte, apesar da sua característica monocêntrica, apresenta bairros de classe média e média para alta, localizados na área periférica. Ao mencionarmos o termo “periferia” atrelado à relação centro-periferia, fazemos referência aos bairros e conjuntos habitacionais destinados à população de menor poder aquisitivo e que, por isso mesmo, se encontram distantes da área mais central, geralmente, em descontinuidades da malha

urbana. Como evidencia Loboda (2010), esses processos são iminentes nas diversas escalas de expansão contínua (mas não contígua) do espaço urbano.

Sua expansão recente, considerando aqui as últimas três décadas, foi marcada pelo afastamento das camadas pobres da população para a periferia, pela racionalização e especialização da área central via processos de implantação, ampliação e reestruturação de ruas e avenidas de rápido acesso que priorizam o fluxo cada vez maior de veículos. (...) Nesse sentido, chamamos atenção para as consequências negativas desse processo, principalmente no que tange ao direito à cidade, ou seja, como a partir dessa realidade posta, podemos pensar na produção mais socializada da cidade, quando, na verdade, o que observamos é uma delimitação da vida cotidiana da população, principalmente para aqueles de menor poder aquisitivo, tendo que habitar distante do trabalho, da escola, do comércio e dos serviços, e do espaço público que, de certa forma, estão hierarquizados, atrelados à área mais central da cidade (LOBODA, 2010, p. 3).

Sendo assim, a expansão territorial urbana ocorre de forma desassistida e desprovida de infraestruturas como ruas asfaltadas, sistema de esgoto, calçadas, sem falar na implantação de uma praça pública, por exemplo (LOBODA, 2009). Por outro lado, essa constatação é importante pelo fato de que o termo “periferia” já não pode ser mais associado a áreas destinadas às camadas mais pobres da cidade. A “periferia” está atrelada também ao conceito de “amenidades”, característica do processo recente de “segregação voluntária” da classe mais abastada em loteamentos fechados, por exemplo, os quais vendem a ideia da relação direta com a natureza, áreas verdes, espaços de lazer e, sobretudo, a ideia da segurança.

Essa tendência traduz a complexidade que se instaura, como se percebe em estudos recentes, na relação centro-periferia nas cidades médias, em que se torna iminente um processo de reestruturação urbana e da cidade por meio de novos empreendimentos como, por exemplo, os loteamentos fechados, ou então a implantação de *shopping centers* (SPOSITO, 2007). Dessa forma, verificamos que as cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades, sejam elas espaciais ou sociais.

A cidade é vista como produto em que seus espaços são apropriados de maneiras diferenciadas por diversos grupos, dependendo da posição social de poder destes. Nesse sentido, queremos ressaltar a perspectiva de Lefebvre (2001), por meio da qual evidenciamos que a cidade é um espaço complexo, constituído por determinadas dimensões:

[...] a cidade tem uma dimensão **simbólica**; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão **paradigmática**; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado a sociedade urbana e o não integrado. Finalmente, ela possui a dimensão também **sintagmática**: ligação dos elementos, articulação das isotopias e heterotopias (LEFEBVRE, 2001, p. 65, grifos do autor).

A consideração de tais dimensões torna-se imprescindível, num momento em que observamos em curso a busca ou tendência da produção da cidade enquanto espaço planejado e gestado do ponto de vista de um espaço homogêneo que, na verdade, se trata de um espaço de representação, um espaço em que as pessoas estão cada vez mais sozinhas, afastando-se umas das outras, ou seja, em que se instaura um individualismo exacerbado, marcado pela negação do outro, da alteridade. Trata-se, segundo Carlos (2005) de um “processo de banalização do direito a cidade”, de diferenciação socioespacial que, como enfatizam Loboda e De Angelis (2005), contribui para o empobrecimento da qualidade vida e da paisagem urbana, por consequência.

Entretanto, são essas mesmas dimensões da cidade que nos permitem enfatizar que todo cidadão deve ter o “direito ao entorno”, direito a casa e ao espaço público; direito à cidade, ao seu centro e, o mais importante, à vivência da centralidade, tanto do ponto de vista da acessibilidade quanto dos símbolos que ela representa. No entanto, essa perspectiva só pode angariar sentido concreto e se materializar no espaço urbano, se as condições de mobilidade e acessibilidade socioespaciais forem minimamente garantidas, mesmo que as referências básicas sejam o entorno mais próximo como o bairro, a rua.

Não é nossa intenção aqui criar uma “teoria da borda” para a análise da estruturação da cidade; no entanto, trabalhamos na perspectiva de uma relação dialética, estabelecida entre centro e periferia. Em outros termos, só é possível falar da cidade a partir de sua periferia “borda” quando conhecemos de forma considerável o seu centro e, sobretudo, sua congênere, sua centralidade, o grau de centralidade que essa forma de estruturação do tipo monocêntrica representa, levando em consideração que os bairros se encontram articulados ao centro da cidade e que o intermédio entre ambos

depende exclusivamente do centro e das condições de mobilidade e acessibilidade.

Trata-se de um fato que evidenciamos ao longo do processo de pesquisa por meio da distribuição e acesso aos equipamentos coletivos, comércio e de serviços, transporte coletivo, espaço público, dentre outros. No entanto, é preciso considerar um aspecto importante quanto a essa forma de estruturação, como destacaram Loboda e Miyazaki (2012):

não podemos negligenciar que a circulação dos cidadãos guarapuavanos esteja voltada, em grande parte, para o processo de produção de uma cidade enquanto, ela mesma, espaço de produção, uma tendência que não é específica dessa ou daquela cidade, mas das cidades contemporâneas, marcadas por intensa divisão socioespacial do trabalho, que delimita e especializa a utilização do espaço urbano (LOBODA e MIYAZAKI, 2012, p. 261).

Essa concentração não é somente dos bens e serviços, mas também dos espaços públicos, sobretudo daqueles mais bem estruturados e equipados. Tratamos aqui de uma concentração que priva parte dos cidadãos do acesso à cidade de forma geral, e, de forma específica, dos espaços públicos que deveriam existir próximos aos locais de residência, ou seja, nos bairros.

## **2. DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: materiais e métodos**

Temos como base a perspectiva de que todo processo de investigação científica deve buscar novas indagações e situações problemas, seja do ponto de vista do conhecimento, na definição de seus fundamentos teóricos ou no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a análise e apreensão dos processos socioespaciais. Desse modo, por meio da relação da sociedade com determinado espaço e tempo buscamos esclarecer aqui os procedimentos adotados na perspectiva de compreendermos as diferentes formas de apropriação e usos dos espaços públicos na cidade contemporânea.

Tendo como base as práticas socioespaciais cotidianas, nosso foco está calcado na análise das formas de apropriação da cidade e seus respectivos espaços públicos, no sentido de desenvolvermos uma análise sobre as formas, os sentidos e as funções de parcelas do espaço urbano, tendo em vista a formulação de uma noção de espaço público, considerando os sujeitos sociais,

protagonistas de histórias locais que demonstram serem as periferias locais em constante transformação.

As estratégias para viabilizar essa reflexão a partir de procedimentos metodológicos mais bem definidos estiveram centradas na busca constante de referenciais empíricos, considerando que a percepção das práticas cotidianas somente é possível a partir de um contato direto com os sujeitos sociais, ou seja, com os agentes de determinadas práticas sociais no espaço urbano, ou mesmo em parte dele.

Dessa forma, organizamos um conjunto de ações que foram, por sua vez, subdivididas da seguinte maneira:

a) utilização de instrumento de pesquisa que permitisse a percepção da população sobre os usos dos espaços públicos (enquete de opinião), representados aqui pelas praças, parques, calçadão e outros espaços públicos;

b) busca e sistematização de informações em fontes locais e observação direta nos espaços públicos, com anotações e registros iconográficos;

c) observação e acompanhamento *in loco* das práticas socioespaciais com o intuito de contrapor nossas evidências como pesquisador à opinião geral da população e às práticas socioespaciais que ocorrem efetivamente nesses locais.

Ressaltamos que além das bases teóricas necessárias para fundamentar nossa proposta, foi dada importância ao trabalho de campo, considerando que esse instrumental é o que mais se coaduna com nossa proposta de trabalhar com as práticas socioespaciais existentes na cidade e com o dia a dia dos seus habitantes.

Assim sendo, o ir a campo assumiu papel fundamental no processo de pesquisa, visto que essa ida constituiu-se como mediação para o exercício do diálogo entre os dois elementos da clássica relação: teoria e prática, ou o teórico e a realidade concreta.

### **3. DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO: diálogo entre teoria e prática**

Embora sejam dois elementos distintos, a teoria e a prática intermediam-se e se articulam de forma simultânea. Assim sendo, foram tratadas enquanto



partes fundamentais no processo de construção da reflexão e na compreensão das práticas socioespaciais estudadas.

### 3.1. O Olhar Periférico: o espaço público e a cidade na perspectiva do cidadão

*“No bairro industrial não tem, mas os da cidade eu até gosto”  
(Estudante de 17 anos, Bairro industrial).*

*“Nenhum(a) porque não tem aqui perto”  
(Estudante de 18 anos, Residencial 2000 - Bairro Imóvel Morro Alto).*

*“Gosto da rua pra jogar com os amigos”  
(Estudante de 15 anos, Bairro industrial).*

*“Tinha que ter calçamento por que quando chove não podemos ir a escola”  
(Estudante de 16 anos, Bairro Aldeia).*

Iniciamos este item considerando, em epígrafe, a opinião dos moradores que residem nas áreas periféricas da cidade, com ênfase para aquelas ocupadas por pessoas de menor poder aquisitivo. Chamou-nos atenção durante o processo de pesquisa alguns fragmentos das respostas dos mesmos quando indagados sobre opinião relativa aos espaços públicos na cidade.

Tais opiniões, mesmo que assumam aqui a postura ou a fala do pesquisador, com base no discurso do outro, do sujeito pesquisado, que toma como base o que foi dito ou escrito pelos respondentes, não se trata de ideias isoladas, considerando o conjunto das respostas das pessoas moradoras principalmente nos bairros Industrial, Conjunto Residencial 2000 (Bairro Imóvel Morro Alto) e Boqueirão, ambos localizados na área periférica da cidade, mas experiências e vivências na relação com o espaço urbano, ou parte dele.

No entanto, essas opiniões evidenciam, de certa forma, uma ideia de isolamento por parte das pessoas que residem nesses locais, das suas práticas socioespaciais cotidianas. Elas deixam transparecer que determinadas áreas, os bairros, parecem não fazer parte da cidade, configurando uma situação de não pertencimento à cidade, de estar à margem de certas benesses que só existem no “centro” ou na “cidade”. Nesse sentido, longe de ser uma “força de expressão” é, na verdade, uma evidência da cidade como um espaço produzido de forma diferenciada, marcado pela contradição e pelo conflito. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Carlos (2004),

que parece importante resgatar para a análise, é que a cidade revela-se concretamente, e através do uso (como ato e

R. Ra'e Ga – Curitiba, v. 37, p. 37 - 63, Ago/2016

LOBODA, C. R.  
**ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS  
POSSIBILIDADES**

atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória. Assim se revela o conteúdo da prática socioespacial (CARLOS, 2004, p. 27).

A partir dessa constatação, parece-nos pertinente encaminhar nossa abordagem pautada em um questionamento que traduz, em partes, o que queremos tratar aqui: como abordar, o que dizer e como tratar do “direito ao entorno”, o direito ao espaço público nos lugares periféricos da cidade? Esse questionamento é fundamental, a nosso modo de ver, para estabelecermos, mesmo que minimamente, uma relação entre a cidade, o espaço público e a periferia, representada aqui pelos “bairros” mais distanciados da área central da cidade, tomando-os como referência, além da opinião das pessoas que habitam, vivem, convivem e sobrevivem em tais lugares.

Considerando que a cidade não pode ser apropriada como um todo, tomamos o bairro como referência pelo fato de que são os lugares apropriados pelos sujeitos que neles moram e com eles se identificam. Embasamos essa perspectiva na ideia de Carlos (2001), para quem o bairro representa um recorte do modo de vida urbano, da apropriação e do uso do espaço na cidade, um fragmento no qual se desenrola principalmente a vida privada do cidadão enquanto base da sua relação afetiva com o lugar. No entanto, essa relação de identidade entre habitante e lugar não deve restringir-se simplesmente em função do espaço privado, a casa, mas numa relação dialética com o espaço público, a rua, a praça, dentre outros espaços públicos, uma vez que é no bairro onde ocorre de forma mais significativa às relações de vizinhança, do acontecer solidário e afetivo, enfim, da identidade.

No entanto, os bairros representam lugares em construção, em transformação constante, não somente pelo aspecto visível das edificações, nas quais quase sempre há um novo cômodo sendo construído, uma janela nova que se coloca, mas pela constituição do lugar de pertencimento e identidade. Uma vida pública informal impulsionada pela vida pública formal e associativa em que as pessoas se conhecem e mantêm relações de favores como o recado, a encomenda, o empréstimo, em suma, o acontecer solidário.

Para tratar do processo de estruturação de Guarapuava, não podemos deixar de fazer menção à análise de Santos (1994). Abordando a urbanização

recente das cidades no Brasil, enfatiza o autor que esta é um processo marcado por ações “corporativistas” em que, na maioria das vezes, o próprio poder público, com influência de outros grupos produtores do espaço urbano, assume papel preponderante, o de:

[...] criador privilegiado da escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias (SANTOS, 1994, p. 111).

Essa dinâmica produzida socioespacialmente é condicionante da valorização e especulação da terra urbana, culminando com o afastamento de parte da população menos favorecida para os locais periféricos, desprovidos de infraestrutura que lhes garanta condições mínimas e dignas de vida. Por conseguinte, para sujeitos sociais que habitam nas periferias há perda do direito de ter acesso à cidade, aos seus bens e serviços, sobretudo, seus equipamentos de uso coletivo. Ficam restritos apenas aos locais de moradia, do “não sujeito”, do indivíduo que é considerado uma “máquina” que circula entre a casa e o trabalho, como destaca Fonseca (2007). A pouca mobilidade faz com que os contatos e as relações pessoais sejam limitados aos familiares e aos vizinhos. Considerando essa constatação, queremos novamente abrir um esclarecimento do que segue.

Ao iniciar nossa reflexão, tivemos a necessária precaução em delimitar o objeto que estávamos estudando enquanto espaços públicos (as praças, os parques, calçadão, dentre outros). No entanto, ao abordarmos tais espaços nas áreas periféricas, nos conjuntos habitacionais ou até mesmo em bairros da cidade de Guarapuava, deparamo-nos com um fato que merece um mínimo de atenção, principalmente quanto a dois aspectos principais.

A princípio, salientamos a má distribuição dos espaços públicos nessas áreas da cidade. Essa desigualdade é iminente e, por outro lado, revela-se com mais contundência justamente nos locais em que se concentra parte considerável da população guarapuavana, como é o caso dos bairros mais densamente populosos: Boqueirão, Vila Bela, Morro Alto, Vila Carli, Industrial e Conradinho. Grande parte desses bairros não dispõe, ao menos, de forma minimamente igualitária, de um espaço que, por direito, deveria existir, pois por

meio dele garantir-se-ia o direito ao entorno, ao espaço público para o ócio, para o lazer, para o encontro e a convivência entre os sujeitos na cidade, ou em partes dela.

Em segundo lugar, há que se considerar que nos bairros ocorre uma relação mais afetiva da população com os espaços públicos, mesmo que quando esses espaços lá existem, não são denominados uma praça pública, ou um espaço de lazer, embora assumam essa função. Sem mencionar que, na maioria das vezes, tais espaços públicos e sua infraestrutura, já mínima, não recebem a devida atenção, tanto por parte do poder público na implantação e, principalmente, na reposição e manutenção dos já existentes, quanto por parte da própria população, que acaba contribuindo para a depredação desses espaços e sua infraestrutura por meio da falta de cuidado com os mesmos. Trata-se de ações que se traduzem no mau uso do espaço público. Embora, na maioria das vezes, aqueles depreciam, não são os que realmente utilizam os espaços.

No sentido de conduzir nossas considerações, retomamos nossa preocupação inicial, ou seja, percebemos e queremos compartilhar aqui a dificuldade em tratar do espaço público como requisito para o direito à cidade, principalmente nos bairros periféricos, locais, onde geralmente o que é primeiramente reclamado é a casa, um lugar para viver, a unidade do homem privado. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que a produção recente da cidade é o resultado da ação de agentes que, articulados ao poder público, contribuem para uma organização desigual do espaço urbano, como apontam Loboda e Schmidt (2011):

os interesses dos agentes imobiliários garantem o controle do espaço pela estratégia da supervalorização dos setores já estruturados na área urbana, uma vez que a ocupação é construída e estimulada pelas relações pessoais e pelos interesses individuais. Nessa direção, o centro e arredores podem ser definidos como territórios para representação da política local e da supervalorização dos imóveis, alvo dos novos empreendimentos imobiliários (LOBODA e SCHMIDT, 2011, p. 27).

Portanto, queremos novamente chamar para a discussão as opiniões dos moradores elencadas no início desse item enquanto elementos determinantes para a caracterização da cidade como resultado de um processo

que ocorre de modo diferenciado e, muitas vezes, pautado em formas precárias de inclusão das pessoas no processo de produção dessa cidade, por alguns motivos que passaremos a abordar na sequência.

A princípio, damos-nos conta de que em determinadas áreas da cidade a “pracialidade” ou o “estado de praça”, como enfatiza Queiroga (2001), por exemplo, não nos parece possível, simplesmente pelo fato de que as praças não se fazem presentes. Nessa mesma linha de raciocínio, como tratar da caminhabilidade, se a calçada também praticamente inexistente? Sem mencionar o fato de que a própria rua é, muitas vezes, repleta de obstáculos com os quais se deparam os corpos que nela precisam circular para a satisfação de suas necessidades cotidianas. Verificamos, nesse sentido, que nas áreas periféricas o espaço público é, em grande parte, negado e passa a ser algo buscado cotidianamente por meio das “táticas” (DE CERTEAU, 2003, p. 101), das “armas dos fracos”, por meio do improvisado e da conquista como uma prática socioespacial cotidiana.

No sentido de ilustrar parte dessa situação, pautamo-nos na ideia do “direito ao entorno”, não somente do entorno mais próximo; refletimos a partir do mesmo como um elemento importante para a efetivação dos “usos”, da relação com o outro, com a comunidade e, por fim, com a cidade. Como ressalta Sobarzo (2006), essa perspectiva é fundamental no sentido de “apropriação” do espaço e somente se efetiva por meio das práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e constroem identidades.

No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público (SOBARZO, 2006, p. 103).

Considerando tais pressupostos, queremos enfatizar a disposição dos espaços públicos guarapuavanos, praças, parques, dentre outros espaços públicos, com o objetivo de aprofundar a discussão no que tange ao acesso da população aos mesmos, fato que está diretamente atrelado à sua disposição espacial e às formas de acesso. Torna-se necessária uma redefinição socioespacial, tanto do ponto de vista físico, quanto simbólico, na perspectiva

da reconstrução da esfera pública, do caráter público dos lugares. Como ressalta Telles (1989, p. 4), considerando a perspectiva Harendtiana, “a dissolução do espaço público significa a perda de um ‘mundo comum’ que articula os homens numa trama visível feita por fatos e eventos”.

No que diz respeito à existência e à distribuição dos espaços públicos na cidade, partimos do princípio de que, ao menos teoricamente, tais locais devem, ou ao menos deveriam estar dispostos com um mínimo de equidade, permitindo aos diferentes tipos sociais o acesso a esse espaço. Nesse sentido, queremos insistir que o acesso que aqui referenciamos não se restringe apenas ao permitido por meio dos veículos motorizados, no viés da “cidade do automóvel” (MARICATO, 2008), ou então por meio do transporte coletivo, mas pelos deslocamentos cotidianos das pessoas, por meio da “caminhabilidade”.

Para De Angelis (2000), quando abordamos a distribuição dos espaços públicos na malha urbana devemos nos fundamentar em determinados parâmetros de ordem técnica que principiam pela localização e distribuição de forma igualitária dos mesmos. Segundo esse autor, o espaço público deve estar situado em ponto determinado de forma que o cidadão gaste o menor tempo possível para ter acesso ao mesmo em uma caminhada a pé.

Queremos esclarecer que embora o estudo efetuado por De Angelis (2000) seja especificamente sobre as praças públicas no contexto da cidade (seu objeto de estudo), entendemos que essa discussão possa ser estendida para outros tipos de espaços públicos na cidade, como parques de menor porte, jardins públicos, dentre outros.

Além dessa premissa, considerando a proposta de Di Fidio (apud DE ANGELIS, 2000, p. 59), ressaltamos alguns critérios que são fundamentais no sentido de estabelecer alguns índices ou parâmetros para avaliar as distâncias entre residências e os espaços públicos, bem como caracterizar esses espaços, considerando o seguinte: a) pequenos espaços públicos, tendo se por referência a habitação, devem estar situados a uma distância máxima de 400 m dos espaços públicos, o que corresponde a uma caminhada com duração entre cinco e dez minutos, atendendo, sobretudo, o público infantil; b) para os espaços maiores, tomando-se como referência o quarteirão, a distância deve

ser no máximo de 800 m ou o equivalente a dez minutos de caminhada. Nesse caso, a estrutura deve atender uma clientela mais diversificada, ou seja, pensando-se em todas as faixas etárias.

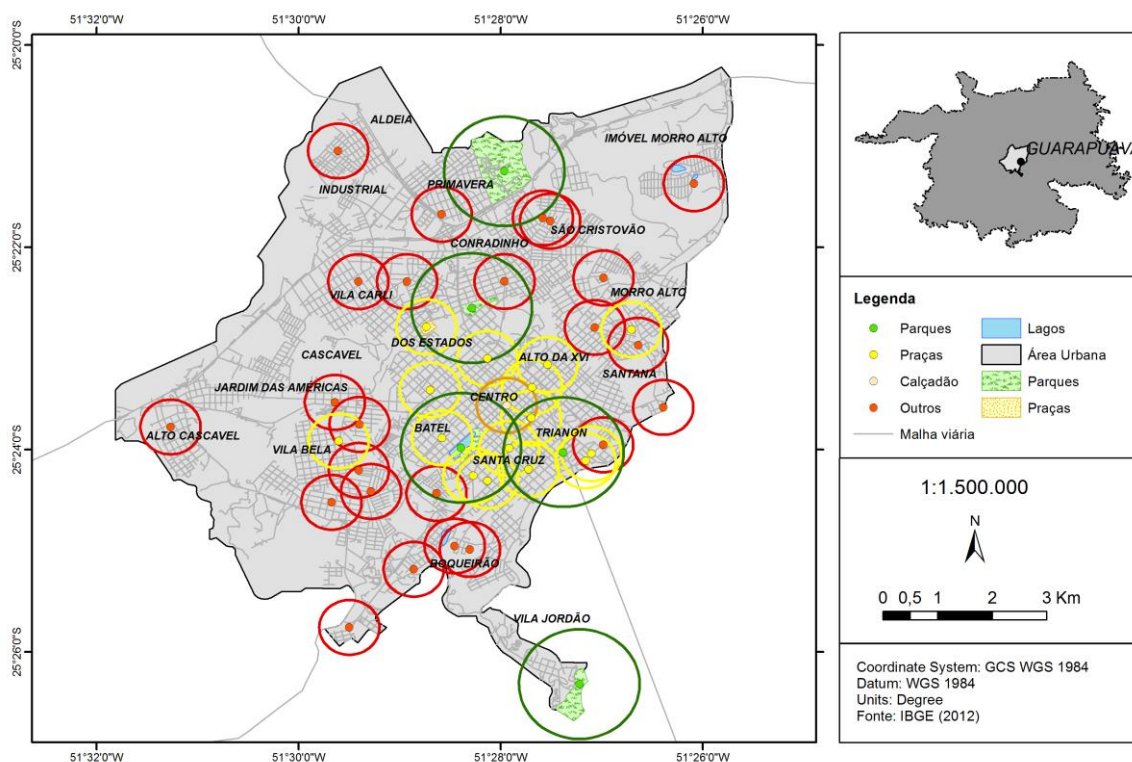
No intuito de verificarmos a situação dos espaços públicos guarapuavanos, notadamente, suas praças, parques e outros espaços públicos, pautado nesses índices, os quais, segundo De Angelis (2000), são os mais utilizados e referenciados nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, elaboramos uma figura na qual representamos a abrangência potencial dos espaços na cidade, traçando um círculo a partir da área central do espaço público. No entanto, para nossa reflexão, tomando como base as referências citadas acima, ampliamos a área de abrangência para os espaços menores como no caso das “Praças” (círculo amarelo) e dos “outros espaços públicos” (círculos vermelhos) para um raio de 500 m. Já para o caso os “Parques” (círculos verdes), enquanto áreas de grande porte, essa ampliação foi para um raio de abrangência equivalente a 1000 m. Não que tais distâncias signifiquem parâmetros rígidos para o uso do espaço público na cidade; no entanto, assumem aqui o sentido de que, quanto mais próximos esses espaços da residência, certamente, maior será o potencial de utilização pela população do entorno.

Tomando como base a representação da localização e distribuição dos espaços públicos em Guarapuava (Figura 2), percebemos que a mesma evoca uma série de questionamentos e perspectivas de abordagens. No entanto, queremos insistir na ideia de que o processo de produção do espaço urbano fundado no valor de troca, exclusivamente, mostra-nos de forma explícita que essa prática é excludente e priva o cidadão do acesso ao espaço público de forma mais equitativa na cidade.

Damos ênfase inicialmente para o número significativo de espaços públicos dispersos pela cidade que não constam legalmente “criados por lei ou decreto” (círculos vermelhos) como uma praça pública, por exemplo. No entanto, levando em consideração a má distribuição dos espaços públicos devido à maioria deles estarem concentrados na área mais central, tais

## ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS POSSIBILIDADES

espaços públicos assumem a função da praça pública nas áreas mais periféricas da cidade.



**Figura 2 – Guarapuava - PR: área potencial de abrangência dos espaços públicos**

Na maioria das vezes esses locais estão associados a organizações de bairro, como o caso das associações de moradores. Em grande parte, são dotados de algum tipo de equipamento de lazer; já em outras situações, não passam de um espaço livre utilizado como campinho de futebol. No entanto, geralmente utilizados pela população do entorno.

Dada a relevância desses espaços públicos, sobretudo por estarem nas áreas periféricas de Guarapuava, caracterizamos os mesmos como sendo os “Outros” (círculos vermelhos) na representação e localização dos espaços públicos da cidade. No entanto, trabalhamos na perspectiva de que é necessário enfatizarmos o direito à diferença, à equidade territorial e à acessibilidade, no lugar do “ideal de igualdade” e da cidade como um “espaço homogêneo”. Nesse caso, consideramos, na análise, um princípio básico de equidade em que possamos tratar com mais igualdade os diferentes na cidade.



LOBODA, C. R.  
**ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS  
POSSIBILIDADES**

Com essa postura, queremos chamar atenção para o fato de que a má distribuição dos espaços públicos na cidade não é vista por nós como o caos ou assume aqui um tom de denúncia, mas representa um fato que nos revela as múltiplas formas de uso dos espaços públicos pelas práticas socioespaciais, representadas pelas iniciativas, ações e percursos dos sujeitos sociais, como o uso e apropriação da rua para o lúdico (Foto 1) e o terreno baldio que se transforma no espaço público para a prática do futebol (Foto 2) nos finais de tarde, ou dos finais de semana.



A busca por essas práticas cotidianas na cidade é fundamental no sentido de pensarmos a mesma a partir do dia a dia do cidadão, da sua noção de cidade e de espaço público. Como destaca De Certeau (2003), é necessário:

[...] analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o plural desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçam em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora (DE CERTEAU, 2003, p. 175).

Essa constatação, sob outro ponto de vista, poderia nos remeter a uma ideia até certo ponto pessimista da cidade, encaminhando-nos para um posicionamento ao lado de suposições da cidade em crise, do fim da cidade, e, por conseguinte, até do fim do espaço público, considerando as profundas

transformações pelas quais têm passado a cidade no seu processo de produção recente. Essa perspectiva nos remete a ideia de Ferrara (2000), para quem o caos ou crise que, no senso comum, expressa insegurança, é índice de grande abertura e riqueza do pensamento e, talvez, da ação. Para essa autora, o caos e a complexidade são, nas atuais circunstâncias, outras denominações para as transformações radicais e contínuas que atingem o cotidiano ou novas possibilidades, novas práticas socioespaciais.

Assim sendo, compartilhamos da ideia de que a cidade é um espaço em aberto, ou seja, a partir disso, queremos (re)afirmar nosso posicionamento inicial perante tais tendências, ou seja, ressaltar que a cidade e, por consequência, o espaço público, é, e continuará sendo, acima de tudo, esse espaço em redefinição, sobretudo o espaço do possível, do ser e do estar na cidade.

Isso nos remete a uma perspectiva de que o espaço público na periferia é o resultado de uma forma diferente de organização em torno da necessidade de um espaço para a vida coletiva. Na própria rua, no campinho de futebol, em que a terra, a poeira e os pés descalços parecem não atrapalhar os sonhos dos meninos em torno da suposta ideia de se tornar um dia um atleta profissional (Foto 3) ou mesmo motivados pelo desejo de conquistar o primeiro lugar no torneio do final de semana (Foto 4), ou no momento de assistir o espetáculo, para encontrar e conversar com amigos e vizinhos.



**Foto 3** - Espaço público: escolinha de futebol. Fonte: Foto do autor (2008)



**Foto 4** - Espaço público: torneio de futebol. Fonte: Foto do autor (2008)

Como destacado por Loboda (2008), além das atividades cotidianas, nesses espaços públicos periféricos são realizadas competições entre os bairros por meio de torneios, momentos em que os atletas e familiares usufruem de um espaço público, uma das poucas formas de se sentirem inseridos na cidade, ou parte dela, por meio de uma atividade coletiva. Tomando como base as informações da Secretaria de Esportes, projetos atenderam mais de 3.000 meninos, além de contribuir para a reestruturação de determinados locais de lazer e para a construção de ginásios esportivos na Vila Concórdia (Bairro Boqueirão), São Cristóvão, Vila Bela e Vila Carli. São implementadas nesses espaços escolinhas gratuitas das modalidades de futsal, voleibol, handebol, karatê e *kick boxing*. A construção desses locais de lazer e entretenimento consistiu, de certa forma, na (re)funcionalização do espaço público, visto que foram construídos em locais considerados, por nós, como “outros” espaços públicos. Inclusive, em uma praça pública, como é o caso da Praça Luiz Cúnico, localizada na Vila Bela.

Como ressalta Leite (2002), são espaços que se tornam reconhecidos publicamente por apresentares singularidades. Uma realidade em movimento, que pode ser traduzida pela utilização da praça pública, ou então da rua, por exemplo, principalmente tratando-se dos locais periféricos da cidade, locais nos quais a rua é o espaço público por excelência.

Nessa perspectiva, a rua é utilizada para a convivência, para o encontro, para o lazer, para os jogos como expressão do lúdico, é o espaço de identidade com um local. Isso corrobora a posição de Lefebvre (2001 e 1991), para quem a rua é o local do encontro, das trocas, do lúdico, da festa, do imprevisto e do lazer. É corroborada também a ideia de Serpa (2004, p. 22), de que a “acessibilidade não é somente física, mas também simbólica”. Consideramos, ainda, que na periferia evidenciamos o bairro como um lugar na cidade, uma referência entre o local de moradia e a cidade, um lugar caracterizado pelo “acontecer solidário”, com as relações socioespaciais, principalmente a sociabilidade da casa e dos vizinhos, a ajuda mútua e a proteção; o movimento das pessoas é mais intenso, pois a proximidade entre as residências propicia interações mais espontâneas.

Não raro, é possível observarmos, nos finais de tarde, a prática do uso das ruas que, muitas vezes assumem a função da praça pública ou da quadra esportiva, que inexistem nos bairros da cidade, como evidenciamos no caso do uso da Rua no Bairro Boqueirão. Mesmo na era da tecnologia representada pela utilização do computador, dos videogames e redes sociais, a rua e suas formas mais simples de utilização expressam-se significativamente por meio do lúdico e das brincadeiras nas áreas periféricas.

Como enfatiza Loboda (2008), é iminente, nas atuais circunstâncias, compreendermos esses espaços como dimensões do espaço urbano cotidiano. Nessa perspectiva, enfatizamos a noção de espaço público que está pautada no espaço concreto, o da praça, do parque e da rua. Lugares em constante transformação, produzidos por meio de diferentes usos e, por consequência, pelos diferentes sujeitos sociais e suas respectivas diferenças, enfatizando, nesse caso, a diversidade expressada segundo suas práticas cotidianas.

Portanto, há uma série de práticas socioespaciais que qualificam o espaço social, confirmando, por exemplo, a ideia de Lefebvre (2001, p. 132) de que “o esporte é lúdico”. (...) “As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes”. Essa constatação mostra-nos que o espaço público vai muito além dos usos planejados, muito além daqueles lugares traçados pelo zoneamento imposto ou, muitas vezes, imaginado pelo planejamento urbano. Evidenciamos, nesse caso, que nos bairros periféricos o espaço público passa a ser uma “conquista”. É o que salienta Damiani (1997):

[...] O *lazer* nos espaços urbanos não se reduz a formas ordinárias de estratégias e políticas, embora o sentido dessas estratégias seja servir o lazer. O lazer também é uma conquista. Nos espaços periféricos, mais populares, o *caráter de conquista* dos lugares de lazer é evidente. Dramática e coletivamente, eles são conquistados, sendo expressões da *identidade irreduzível* dos espaços empobrecidos, a ação solidária de homens, mulheres e, mesmo, das crianças - as ruas fechadas para a prática de esportes; os bares clandestinos e os campos de futebol nos conjuntos habitacionais programados, sem sua presença; as praças conquistadas, etc. (DAMIANI, 1997, p. 47, grifos da autora).

Esses espaços são considerados quando eles lá existem e não se restringem ao espaço da rua, um espaço que geralmente é visto como trajeto, como um percurso para o trabalho, ou que “leva para a cidade” e suas áreas

oficiais. Mesmo que não passem de subespaços públicos, consideradas as precárias condições de uso, são locais que trazem consigo manifestações das diversas formas de sobreviver na cidade, locais que representam e expressam os resquícios de uma esfera pública.

Embora, seja nos bairros, muitas vezes destituídos do espaço público, que a rua acaba por assumir essa função, não raro ela é o espaço apropriado diferentemente da função única e exclusiva de servir ao automóvel como nas atuais funções das ruas nas áreas centrais da cidade, caracterizadas pelos locais de passagem, do fluxo em detrimento do encontro. Enquanto nas áreas da periferia, considerando a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo, acabam por fortalecer as relações de vizinhança, tornando-as fundamentais no processo de relações socioespaciais entre as famílias, da convivência e do lúdico.

No entanto, um aspecto que merece ser retomado é o da constatação quando analisamos a enquete de opinião, na qual ninguém mencionou os “outros espaços públicos”, ou seja, aqueles espaços públicos (círculos vermelhos da Figura 2) que não são considerados como tal pelo poder público, do ponto de vista de uma lei ou decreto, quando questionados os sujeitos da pesquisa sobre qual o primeiro espaço público da cidade lhes vinha em mente, considerando que nos bairros mais periféricos são os únicos espaços públicos existentes.

Esse fato está relacionado com duas possibilidades: a primeira delas é a falta da “denominação” de tais espaços, algo que influencia diretamente no sentido de que os mesmos não criem uma identidade e possam ser lembrados, mesmo pela população que habita em seu entorno. Segundo Serpa (2001, p. 29), é de fundamental importância à identificação de espaços públicos no interior dos bairros periféricos para o resgate da identidade entre o morador e seu espaço de habitação e, principalmente, no sentido de incentivar o surgimento nesses locais dos “quintais de convivência”, pensados com extensão da casa (DA MATTA, 1991).

No caso da segunda possibilidade constatamos que o próprio direcionamento estabelecido em nossa enquete de opinião tenha sido

determinante no sentido de levar os respondentes a fazer referência à determinada praça ou parque, geralmente localizado na área mais central da cidade, ou seja, os mais lembrados, os mais evidentes nos grandes acontecimentos e festas comemorativas, por exemplo, e, não ao espaço público que está no entorno mais imediato deles.

Por outro lado, gostaríamos de destacar aqui uma possibilidade da união entre o poder público e a população dos bairros na organização de projetos que possam dar uma significância maior para os poucos espaços existentes, como, por exemplo, algum projeto como “a praça e a cidade”, ou a partir das seguintes ações: uma denominação a partir de uma enquete com a própria população e o incremento de novas possibilidades de utilização, reforçando seus usos e apropriação. Mesmo que exíguos e, talvez, por isso mesmo, são fundamentais no sentido de incrementar e diversificar as formas de lazer na periferia da cidade, locais em que geralmente estão ausentes.

Dessa forma, gostaríamos de encaminhar para uma possibilidade que é aquela da atuação do cidadão enquanto agente social, sobretudo no seu local de vivência. Dessa forma, ressaltamos a urgente organização da população em torno de movimentos e associações de forma que, juntos, reivindiquem um espaço público para o lazer, para o encontro e a festa, quando, na maioria das vezes, o que interessa é a casa como necessidade básica. Como destacou Loboda (2008), há fraca articulação da sociedade em torno dos movimentos sociais de bairros, das associações; notadamente, naqueles localizados ou representantes das áreas nas quais há maior necessidade de melhorias. Não que esse seja o caso apenas da cidade de Guarapuava, pois se trata, na verdade, de uma característica do processo de estruturação das cidades brasileiras, de modo especial, das cidades médias, em que as demandas ainda são muito pontuais; isso, quando não estão atreladas a uma articulação temporária, geralmente associada aos períodos eleitorais e às trocas de favores políticos.

No entanto, mesmo enfatizando a tímida atuação conjunta dos cidadãos constatamos inúmeras possibilidades de organização da população nos bairros, associados ora aos movimentos institucionais como é o caso das

igrejas, pastorais e associações, ou, então, aos movimentos dos grupos de *hip hop*, por exemplo. Determinados grupos que, por meio de uma “identidade de projeto” (CASTELLS, 1999), procuram utilizar elementos e estilos para construir uma identidade própria. Mesmo que timidamente, tais formas de organização podem se transformar, em longo prazo, em elementos associados a tomadas de decisão, tornando algo aparentemente natural e corriqueiro em algo social; nesse caso, em torno dos movimentos sociais urbanos organizados.

Enfim, compartilhamos da ideia de que o cidadão não pode continuar sendo um sujeito abstrato no processo de produção da cidade, mas sim um interlocutor que passe a discutir com o poder público e sociedade os programas de moradia, de infraestrutura, de implantação e manutenção de espaços públicos, ações e demandas dos movimentos populares, incentivo à cultura, dentre muitos outros aspectos, resguardando, mesmo que minimamente, os direitos fundamentais dos diferentes sujeitos que, de certa forma, constroem a cidade, ou mesmo, parte dela.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É evidente que as transformações empreendidas na cidade determinam uma tendência da sua estruturação. As práticas socioespaciais demonstram que essa estruturação se redefine em função das preocupações imediatas do poder público, justificadas muitas vezes pelas emergências sociais de habitação – ou, então, vinculadas às estratégias imobiliárias que limitam e fragmentam cada vez mais o uso do espaço urbano. Portanto, determinadas parcelas da cidade, como no caso dos bairros periféricos, acabam assumindo funções únicas, sendo verdadeiros espaços de segregação induzida, depósitos de habitações, como ressalta Barone (2013, p. 80): “a segregação não é apenas espacial, mas é determinada pela facilidade de acesso aos serviços e, sobretudo, ao valor urbano, ao espaço urbano como capital, como mercadoria”.

Nesse sentido, notamos que, paralelamente ao aumento significativo da população na cidade de Guarapuava nas últimas décadas, resultante de variados fatores, não houve o acompanhamento básico das condições de habitação e dos serviços urbanos, explicitando-se em diferenciação no processo de ocupação e do uso do solo na cidade. No entanto, considerando

essa dinâmica que se processa de forma excludente, menosprezar a existência, ou então a simples manutenção dos poucos locais públicos existentes nos locais periféricos é, sem sombra de dúvidas, negligenciar e deixar de lado o cidadão, contribuindo para o aumento da diferenciação socioespacial urbana e do empobrecimento da paisagem urbana.

Trata-se de uma diferenciação que, apesar de ser expressiva na paisagem, apesar de repercutir diretamente nas diferentes formas de acesso no que tange ao direito à cidade, não significa a anulação dos sujeitos no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Como procuramos demonstrar ao longo desse trabalho, ninguém está totalmente segregado do processo ou da cidade, mesmo que as formas de inclusão sejam precárias para determinados sujeitos, pois, de certa forma, segregados somos todos nós. Estamos inseridos no espaço urbano, embora isso não signifique a plena apropriação socioespacial do mesmo.

É no bairro, na periferia mais pobre, que o cotidiano assume múltiplas dimensões e se realiza em muitas funções, que não são apenas econômicas. Nesses locais, o encontro pode acontecer a qualquer momento, pois o contato entre os sujeitos é mais próximo e espontâneo, um espaço mais rico de possibilidades. Seja nas conversas com os vizinhos, nas trocas de informações e dos favores, nas idas aos pequenos estabelecimentos comerciais, por meio de relações de confiança, na sociabilidade que se realiza na rua, nos locais de comércio, através da concessão de informações e por meio da rua vigiada. Dessa forma, há condições para a criação de uma noção conhecimento e, principalmente, de pertencimento, a partir da relação com o outro e, para além desse, com a cidade.

Considerando a reflexão aqui apresentada, queremos salientar determinados aspectos os quais consideramos relevantes. A princípio, destacamos que em determinados locais da periferia de Guarapuava há diminuição das condições que favorecem as práticas socioespaciais nos espaços públicos, se a comparamos com outros locais da cidade, notadamente aqueles melhores servidos pelos equipamentos de uso coletivo.



Entretanto, evidenciamos nesses locais destituídos de infraestrutura um universo diferente que, por sua diversidade, apresenta-se como criatividade, como tática, como revanche, como formas de identidades e lugares diferenciados, como possibilidades de subversão ao cotidiano repetitivo enquanto característica básica da cidade moderna.

Dessa forma, é preciso destacar uma imbricação entre os usos diferenciados do espaço público. Aqui, a casa é um pouco de rua. Como a rua é também um pouco de casa. Aqui, a rua é, a seu modo, um pouco de praça ou de parque. Assim como o é, também, o campo de futebol. O campo de futebol é, também, o terreno baldio. O espaço de lazer também está atrelado ao espaço transcendental, à igreja e seus núcleos comunitários. Espaços em que o sagrado articulado ao lazer renova os sujeitos para as atividades do cotidiano.

Enfim, estes são aspectos caracterizam a cidade como um “amalgama de permanências de mudanças”, de diferenças e de diversidade. A cidade não é só seu centro. Ela tem sempre um pouco de centro na periferia e um pouco de periferia no centro. É a mistura na/da cidade. O que lhe atribui, de certa forma, o caráter de um grande espaço público, um espaço sempre em aberto, em transformação constante e, por isso mesmo, o local do possível.

## **5. REFERÊNCIAS**

BARONE, A. C. C. Periferia como questão: São Paulo na década de 1970. In: **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. v. 20, n. 33. São Paulo. p. 64-85. 2013.

CARLOS, A. F. A. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Traducción de Oscar Alfredo Sobarzo Miño. n. 194 (9), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 1, p. 11 - 30. 2004.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação - economia sociedade e cultura. 2. ed. v. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAMIANI, A. L. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balanstreri. (Org.). **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, p. 46 - 54. 1997.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DE ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades o caso de Maringá-PR**. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FERRARA, L. D. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

FONSECA, M. L. P. Padrões sociais e uso do espaço público. In: DOSSIÊ. **Caderno CRH**. Salvador, v. 18, n. 45, p. 377-394, Set./Dez. 2005.

MARICATO, E. O automóvel e a cidade. In: **Ciência e Ambiente**. n. 37, Julho/Dezembro. p. 5 - 12. 2008.

QUEIROGA, E. **A megalópole e a praça**: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**. v. 17, n. 49. p. 115-134. 2002.

LOBODA, C. R. Entre a acessibilidade e a mobilidade: uma análise das formas, usos e apropriação dos espaços públicos na cidade de Guarapuava - PR. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. In: **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010.

LOBODA, C. R.; MIYAZAKI, V. K. Entre a centralidade e a circulação: uma abordagem sobre o transporte coletivo em duas cidades médias brasileiras. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v. 13, n. 44. p. 256-264. 2012.

LOBODA, C. R.; SCHMIDT, L. P. A Cidade enquanto um espaço desigual: o caso de Guarapuava – PR. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v. 13, n. 44. p. 21-03. 2011.

LOBODA, C. R. Espaços públicos e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 31, v. 9, p. 32 - 54. 2009.

LOBODA, C. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava - PR**. 2008. 337f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. In: **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139. 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. n. 245 (11), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. n. 15. São Paulo, p. 21-37. 2004.

SERPA, A. Morfologia urbana e apropriação social dos espaços livres de edificação na periferia. In: SERPA, A. (Org.). **Fala periferia: uma reflexão sobre o espaço periférico metropolitano**. Salvador: UFBA, 2001. p. 15-30.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. n. 19. São Paulo, p. 93-111. 2006.

TELLES, V. S. O espaço público e o espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hanna Arendt. In: **Tempo Social**. Rev. Social. USP, S. Paulo, v. 1 n. 1. p. 1-11. 1989.